BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

adequação dos processos, buscando a qualidade dos serviços prestados e o atendimento das recomendações do Banco Central e órgãos regulatórios.

Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Através da Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2012, a PREVIC autorizou a prorrogação do processo de intervenção na CAPAF, iniciada em maio de 2011, por mais 180 dias, a contar de 28 de setembro de 2012, face a exaustão dos recursos líquidos do Plano BD e, também, por não ter sido viabilizada, ainda, a implantação do Plano Saldado de Benefício Definido, do Plano Misto de benefícios Saldado e, consequentemente, do Plano de Benefícios Previdenciários PrevAmazônia, cujos regulamentos foram aprovados pelas Portarias PREVIC nº 585, 586, 587, 588 e 589, todas de 05.08.2010.

O Interventor da CAPAF, diante do total desequilíbrio dos recursos financeiros da Entidade, em março de 2012, apresentou ao Banco propostas alternativas àquela aprovada pela PREVIC em agosto de 2010, manifestando entendimento de que a melhor opção seria a implantação dos planos saldados juntamente com o lançamento do PrevAmazônia e negociação do passivo trabalhista (acordo judicial nos autos) com aqueles que pleiteiam os benefícios da Portaria nº 375/1969.

Referida Portaria, editada em 04.12.1969, tinha as mesmas prerrogativas de estatuto e estabelecia como objetivo da CAPAF complementar os proventos da aposentadoria concedida pelo órgão previdenciário, de forma a assegurar, em qualquer tempo, aos associados inativos, remuneração igual àquela que receberiam do Banco, na categoria funcional em que se aposentaram, se permanecessem em serviço.

Dentre as soluções apontadas pelo Interventor, aquela que apresenta a melhor estrutura do ponto de vista da segurança jurídica, diz respeito ao saldamento acompanhado da extinção definitiva dos processos trabalhistas, mediante a celebração de acordos judiciais, considerando que a solução contenciosa dessas demandas vem demonstrando que as defesas processuais, tanto do Banco quanto da CAPAF, não vêm se mostrando exitosas em questões sob o abrigo da Portaria nº 375/1969.

A proposta que melhor evidencia a real possibilidade de aumento significativo de adesões para atingir níveis que viabilizem atuarialmente a implantação dos planos saldados e que possibilita o equacionamento dos atuais planos de benefícios, além de contemplar a extinção do passivo judicial que pesa sobre a CAPAF e o seu Patrocinador, foi submetida à análise da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

Em maio de 2012, por considerar que não houve alteração na proposta de saldamento aprovada anteriormente, os órgãos consultados concluíram pela adoção da solução sugerida pelo Interventor da CAPAF. Assim, em 20 de agosto de 2012, iniciou o prazo para adesão aos planos saldados e em 29 de agosto de 2012 as audiências de conciliação nos diversos tribunais regionais para homologação dos acordos judiciais, envolvendo o pagamento de recursos financeiros àqueles com ações judiciais interpostas até 04 de outubro de 2011 (data da intervenção da CAPAF) com pretensões oriundas da Portaria nº 375/1969.

Em 09.10.2012, encerrou o prazo para adesões aos planos saldados, restando ainda alguns acordos que estão sendo realizados na esfera do judiciário, alcançando o processo cerca de 52% do público-alvo.

A Administração está no aguardo da finalização do processo pelo interventor, para adotar as medidas necessárias relativas à condição de patrocinador.

Mesmo diante do cenário apresentado, o Banco vem atualizando, trimestralmente, sua obrigação, na forma estabelecida pela Deliberação CVM nº 600/2009 (reconhecimento de 50% do déficit do plano de benefício definido – BD), assim como continua a repassar os recursos necessários à complementação, mensal, da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas referente ao plano BD, em cumprindo a determinação judicial.

Agradecimentos:

O Banco da Amazonia realinha seu planejamento a novos horizontes de atuação e reafirma seu compromisso em continuar contribuindo para o desenvolvimento da Região, minimizando as desigualdades e propiciando a geração de emprego e renda, **"movimentando a Amazônia. E a sua vida".**

Ao agradecer o apoio recebido ao longo do exercício findo, ratificamos nosso compromisso de estreitar parceria com os acionistas, clientes, empregados, colaboradores, fornecedores e a sociedade em geral, especialmente os amazônidas.

A Administração

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	**4.943.199**	**4.317.310**
Disponibilidades	**71.377**	**41.070**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.193.996**	**1.272.762**
Aplicações no Mercado Aberto	864.999	763.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	369.446	550.210
(Provisões para Perdas)	(40.449)	(40.449)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**1.669.436**	**1.095.541**
Carteira Própria	1.645.840	659.297
Vinculados a Compromissos de Recompra	23.596	436.244
Relações Interfinanceiras	**339.770**	**284.760**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.532	1.616
Créditos Vinculados:	337.238	283.144
Depósitos no Banco Central	337.229	283.099
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	9	45
Relações Interdependências	**-**	**235**
Transferências Internas de Recursos	-	235
Operações de Crédito	**1.329.805**	**1.271.165**
Operações de Crédito:	1.376.970	1.318.319
Setor Público	224.588	341.631
Setor Privado	1.152.382	976.688
(Provisão para Operações de Crédito)	(47.165)	(47.154)
Outros Créditos	**337.013**	**348.791**
Carteira de Câmbio	121.372	97.332
Rendas a Receber	46.846	51.924
Diversos	184.689	204.531
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(15.894)	(4.996)
Outros Valores e Bens	**1.802**	**2.986**
Outros Valores e Bens	1.684	1.338
(Provisões para Desvalorizações)	(163)	(191)
Despesas Antecipadas	281	1.839
Realizável a Longo Prazo	**5.352.057**	**5.317.282**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**3.782.700**	**3.757.618**
Carteira Própria	3.769.061	3.745.406
Vinculados a Prestação de Garantias	13.639	12.212
Relações Interfinanceiras	**12.569**	**12.569**
Créditos Vinculados:	12.569	12.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	12.569	12.569
Operações de Crédito	**896.885**	**898.924**
Operações de Crédito:	915.729	925.342
Setor Público	307.828	313.505
Setor Privado	607.901	611.837
(Provisão para Operações de Crédito)	(18.844)	(26.418)
Outros Créditos	**659.903**	**648.171**
Diversos	659.906	648.202
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	(31)
Permanente	**222.542**	**237.012**
Investimentos	**267**	**267**
Outros Investimentos	1.625	1.625
(Provisões para Perdas)	(1.358)	(1.358)
Imobilizado de Uso	**116.638**	**115.911**
Imóveis de Uso	44.737	40.905
Reavaliações de Imóveis de Uso	48.045	48.270
Outras Imobilizações de Uso	131.068	129.614
(Depreciações Acumuladas)	(107.212)	(102.878)
Diferido	**2**	**1.610**
Gastos de Organização e Expansão	41.046	41.073
(Amortização Acumulada)	(41.044)	(39.463)
Intangível	**105.635**	**119.224**
Outros Ativos Intangíveis	153.770	153.565
(Amortização Acumulada)	(48.135)	(34.341)
TOTAL DO ATIVO	**10.517.798**	**9.871.604**

PASSIVO	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	**6.800.450**	**6.398.977**
Depósitos	**2.359.602**	**2.257.112**
Depósitos à Vista	641.281	579.028
Depósitos de Poupança	502.586	456.821
Depósitos Interfinanceiros	2.358	2.173
Depósitos a Prazo	1.213.377	1.219.090
Captações no Mercado Aberto	**23.495**	**434.165**
Carteira Própria	23.495	434.165
Relações Interfinanceiras	**2.454**	**1.444**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.454	1.444
Relações Interdependências	**24.043**	**482**
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.522	99
Transferências Internas de Recursos	20.521	383
Obrigações por Empréstimo	**139.223**	**101.243**
Empréstimos no Exterior	139.223	101.243
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	**93.808**	**92.104**
TESOURO NACIONAL	25.208	24.380
BNDES	49.305	47.013
CEF	-	57
FINAME	19.295	20.654
Outras Obrigações	**4.157.825**	**3.512.427**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.194	1.179
Carteira de Câmbio	314	293
Sociais e Estatutárias	82.426	85.615
Fiscais e Previdenciárias	47.753	23.585
Negociação e Intermediação de Valores	1	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.595.927	2.921.201
Diversas	430.210	480.554
Exigível a Longo Prazo	**1.687.185**	**1.538.412**
Depósitos	**156.647**	**80.538**
Depósitos a Prazo	156.647	80.538
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	**389.304**	**376.293**
TESOURO NACIONAL	16.631	8.586
BNDES	258.603	242.932
FINAME	114.070	124.775
Outras Obrigações	**1.141.234**	**1.081.581**
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	73.336	62.884
Diversas	1.067.898	1.018.697
Patrimônio Líquido	**2.030.163**	**1.934.215**
Capital	**1.219.669**	**1.219.669**
De Domiciliados no País	1.219.668	1.219.025
De Domiciliados no Exterior	1	644
Reservas de Capital	**2.253**	**2.253**
Reservas de Reavaliação	**29.759**	**30.809**
Reservas de Lucros	**765.780**	**678.132**
Ajuste ao Valor de Mercado -TVM e Derivativos	**12.702**	**3.352**
TOTAL DO PASSIVO	**10.517.798**	**9.871.604**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE